



RELATÓRIO DE AUDITORIA DE 2025



Março/2026

O presente relatório está dividido nas seguintes seções:

	Pág.
I. Introdução	03
II. Relatório dos Auditores Independentes	04
III. Extensão do Trabalho	08
IV Demonstrações Contábeis	09
V. Relatório Circunstanciado da Auditoria	17

Campinas/SP, 12 de março de 2026

À
COMPANHIA DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO S/A. - CTD

Realizamos na **COMPANHIA DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO S/A. - CTD**, trabalhos de auditoria das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de Auditoria, consequentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A seguir apresentamos nosso relatório em forma longa sobre a referida auditoria, revisão e análise e que compreendem:

Balanco Patrimonial;
Demonstração de Resultado do Exercício;
Demonstração do Resultado Abrangente;
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
Demonstração dos Fluxos de Caixa;
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; e
Relatório Circunstanciado da Auditoria.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA

Roberto Araújo de Souza
Sócio
CTCRC 1SP242826/O-3 'S' PR

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas, Administradores e Conselheiros da

COMPANHIA DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO S/A. - CTD

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO S/A. - CTD**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO S/A. - CTD**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Estudos sobre a vida útil e valor residual do imobilizado e intangível

Anteriormente, as práticas contábeis adotadas no Brasil consideravam como aceitáveis as taxas de depreciação fiscais a serem utilizadas para fins contábeis. Com o advento da Lei 11.638/07 e a emissão do pronunciamento técnico contábil CPC 27 - Ativo Imobilizado, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e sua interpretação ICPC 10 e pronunciamento técnico contábil CPC 04 – R1 – ativos intangíveis, as empresas foram requeridas a calcular e registrar a depreciação e amortização de acordo com a expectativa de vida útil dos ativos imobilizados e intangível, sendo que os efeitos dessa revisão de vida útil deveriam ter sido ajustados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2010. Contudo, a administração não determinou as análises para determinação da vida útil dos ativos imobilizados e intangível, e a verificação dos possíveis impactos decorrentes da aplicação desse procedimento contábil. Consequentemente, não foi possível satisfazer-mos, por meio de outros procedimentos de auditoria, caso a empresa tivesse revisado a vida útil de seus ativos imobilizados e

intangíveis, dos eventuais efeitos, sobre o saldo de depreciação/amortização acumuladas registradas no ativo não circulante, no valor de R\$ 7,171 milhões, e da despesa de depreciação/amortização contabilizada no resultado do exercício no valor de R\$ 453 mil.

Teste de impairment (teste de recuperabilidade)

A Administração da companhia não determinou a realização do teste de recuperabilidade dos valores registrados no imobilizado e intangível (teste de impairment), com o objetivo de assegurar que os citados ativos não estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da companhia ou pela sua venda. Consequentemente não foi possível mensurar os efeitos da não adoção do CPC 01 e ICPC 10 no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstrações contábeis do período anterior

As demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO S/A. - CTD**, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores, que emitiram relatório em 17/04/2025, sem modificação de opinião e ênfases alertando sobre a continuidade das operações, e incidente de cibersegurança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas/SP, 12 de março de 2026.



CRC2SP023856/O-1 'S' PR
CNPJ 07791963/0001-08

ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA
CTCRC1SP242826/O-3 'S' PR
Sócio

EXTENSÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS

Conforme nosso CONTRATO ADMINISTRATIVO e Termo de Referência Nº 001/2025, Anexo II do Edital de Pregão nº 003/2025 Nº 102/2024, foram realizados serviços de auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Nossos trabalhos têm que o objetivo de uma auditoria, é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

No caso da maioria das estruturas conceituais de auditoria, para fins gerais, essa opinião expressa se as demonstrações contábeis estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro.

Uma auditoria conduzida em conformidade com NBC-TAs (Normas Brasileira de Contabilidade – Técnicas de Auditoria Independentes) e exigências éticas relevantes, capacita o auditor a formar essa opinião.

Em nossos trabalhos não evidenciamos nenhum efeito significativo que pudesse ocasionar reflexos substanciais no encerramento das contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, exceto aqueles comentados em nosso relatório circunstanciado, e na ressalva descrita em nosso relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, que é parte integrante deste relatório.

Nesta oportunidade os trabalhos realizados incluíram todos os procedimentos normalmente aplicados em exames conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Tais procedimentos foram aplicados nesta etapa dos trabalhos, a fim de que as demonstrações contábeis anuais apresentassem adequadamente a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO S/A. - CTD**



Balanco Patrimonial – Ativo e Passivo
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		2.428	2.714	CIRCULANTE		7.017	3.959
Caixa e equivalentes de caixa	4	425	739	Obrigações sociais	12	875	794
Contas a receber	5	511	1.120	Fornecedores	13	1.659	1.431
Impostos e contribuições a recuperar	6	1.277	688	Obrigações fiscais	14	1.730	1.470
Adiantamentos		110	78	Utilidades e serviços a pagar		20	216
Estoques		-	-	Outras Contas a Pagar		2.733	47
Despesas antecipadas	7	105	89	Despesas financeiras		-	-
NÃO CIRCULANTE		19.948	17.549	NÃO CIRCULANTE		12.347	13.592
Depósitos judiciais	9	126	67	Fornecedores LP	15	97	-
Imobilizado	10	19.821	17.479	Impostos parcelados	16	1.798	2.760
Intangível	11	1	3	Provisão para contingências	17	10.452	10.832
TOTAL DO ATIVO		22.376	20.263	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	3.012	2.712
				Capital social		49.875	49.875
				Prejuízos acumulados		(46.863)	(47.163)
				TOTAL DO PASSIVO		22.376	20.263

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.



Demonstração do Resultado dos Exercícios
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita bruta de serviços prestados	15.728	15.991
Deduções da receita	(663)	(730)
Receita operacional líquida	15.065	15.261
Custo dos serviços prestados	(12.097)	(12.182)
Resultado bruto	2.968	3.079
Despesas operacionais	(2.882)	(3.801)
Despesas gerais e administrativas	(3.065)	(4.667)
Resultado financeiro	(397)	(346)
Outras receitas (despesas) operacionais	621	153
Constituição/Reversão de provisão para contingências	(41)	1.059
Resultado operacional antes dos impostos	86	(722)
IRPJ	-	-
CSLL	-	-
Lucro/Prejuízo líquido	86	(722)

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

Não há outros resultados abrangentes neste e no exercício anterior



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Integralização de Capital	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Lucro/Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	47.013			(46.446)	567
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-
Integralização de capital	2.862			-	2.862
Resultado líquido do período	-	-		(722)	(722)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	4	4
Saldos em 31 de dezembro de 2024	49.875	-	-	(47.164)	2.711
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-
Integralização de capital	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	-	-	-	86	86
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	215	215
Saldos em 31 de dezembro de 2025	49.875	-	-	(46.863)	3.012

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.



Demonstração de Fluxo de Caixa
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício - Antes de IRPJ e CSLL	86	(722)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	453	287
Provisão para contingências	(380)	(79)
Ajuste de Exercícios Anteriores	214	4
	373	(510)
Variações no ativo		
(Aumento) Redução em contas a receber de serviços	610	(120)
(Aumento) Redução em impostos a recuperar	(589)	(507)
(Aumento) Redução em adiantamentos	(32)	248
(Aumento) Redução em estoques	-	8
(Aumento) Redução em despesas antecipadas	(63)	345
(Aumento) Redução em despesas a serem rateadas	47	(47)
(Aumento) Redução em despesas judiciais	(59)	(1)
	(86)	(74)
Variações no passivo		
Aumento (Redução) em fornecedores	325	(250)
Aumento (Redução) em obrigações sociais	80	(520)
Aumento (Redução) em obrigações fiscais	260	(74)
Aumento (Redução) em utilidades e serviços a pagar	(195)	(138)
Aumento (Redução) em outras contas a pagar	2.685	(547)
Aumento (Redução) em impostos parcelados	(962)	(191)
	2.193	(1.720)
	2.480	(2.304)
Atividades de Financiamento		
Integralização de Capital Social	-	2.862
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capi	-	-
Total das atividades de financiamento	-	2.862
Atividades de Investimento		
Aplicações nos investimentos	-	-
Aquisição de imobilizado	(2.794)	(13)
Intangível	-	-
Total das atividades de investimento	(2.794)	(13)
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(314)	545
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	739	194
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	425	739
	(314)	545

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.



Demonstração de Fluxo de Caixa
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
RECEITAS		
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	15.728	15.991
Outras Receitas	719	398
	16.447	16.389
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	-	-
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	6.823	7.282
Materiais, Energia, Serviços e Outros	508	978
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	9.116	8.129
(-) DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	454	345
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	8.662	7.784
(+) VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIAS	-	-
Receitas Financeiras	5	149
Outras	(139)	814
	-	-
(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	8.528	8.747
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	-	-
(-) Pessoal	-	-
Remuneração Direta	4.992	5.570
Benefícios	1.142	1.522
F.G.T.S.	321	509
Honorários da Administração	691	632
	7.146	8.233
(-) Impostos, Taxas e Contribuições	-	-
Federais	574	615
Municipais	89	114
	663	729
(-) Remuneração de Capitais de Terceiros	-	-
Juros	402	507
Alugueis	231	-
	633	507
(-) Remuneração de Capitais Próprios	-	-
Lucros/Prejuízos Retidos	86	(722)

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais)

SUMÁRIO

1. CONTEXTO OPERACIONAL	12
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	12
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	13
4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	14
5. CONTAS A RECEBER	14
6. TRIBUTOS A RECUPERAR	15
7. DESPESAS ANTECIPADAS	15
8. PARTES RELACIONADAS	16
9. DEPÓSITOS JUDICIAIS	17
10. IMOBILIZADO	18
11. INTANGÍVEL	19
12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS	19
13. FORNECEDORES	20
14. OBRIGAÇÕES FISCAIS	20
15. TRIBUTOS PARCELADOS A LONGO PRAZO (Passivo Não Circulante)	20
16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	22
17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23
18. BASES FISCAIS PARA TRIBUTAÇÃO DO LUCRO REAL:	23
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	23
20. SEGUROS	24
21. FATOS RELEVANTES	24



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade de economia mista, constituída em 1999, com sede em Londrina-PR.

Com a aprovação da Lei 12.871/19, a Companhia sofreu mudança significativa na sua estrutura acionária, passando a ser controlada pelo Município de Londrina e pela Londrina Iluminação S.A., e não mais pela Sercomtel S.A. Telecomunicações, empresa que foi privatizada em 2020.

A Lei 12.912/19, Artigo 1º, parágrafo 1º, ampliou as competências operacionais da Companhia, permitindo a realização dos seguintes serviços:

- I. Implantar e executar o canal de comunicação entre a população e a Prefeitura de Londrina (Gestão de Demandas Prefeitura 156), por meio de solução integrada de atendimento e demais atividades correlatas e afins;
- II. Implantar e executar Telecobrança de IPTU (Imposto Sobre Propriedade Territorial Urbana), ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) e ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) e demais atividades correlatas e afins;
- III. Implantar e executar, por meio de contato telefônico ou outros meios eletrônicos, a comunicação e a divulgação de campanhas de vacinação e de prevenção de doenças endêmicas, para a Secretaria de Saúde e demais atividades correlatas e afins;
- IV. Implantar e operacionalizar, por meio de contato telefônico ou outros meios eletrônicos, o sistema de agendamento e avisos para consultas Prefeitura do Município de Londrina Estado do Paraná médicas, exames e procedimentos nos Postos de Saúde do Município, e demais atividades correlatas e afins;
- V. Implantar e operacionalizar o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) em Londrina e Região e demais atividades correlatas e afins;
- VI. Implantar infraestrutura de tecnologia da informação e gerir Redes de Computadores (Data Center) e demais atividades correlatas e afins;
- VII. Implantar e gerenciar o projeto de Cidade Inteligente (Smart City) no Município de Londrina, interligando questões de mobilidade urbana, atendimento ao cidadão, saúde pública, educação, tecnologia da informação e comunicação, uso sustentável dos recursos naturais (energia, água, ar e solo), logística reversa, coleta seletiva, governança, iluminação pública, segurança, economia, empreendedorismo e demais atividades correlatas e afins.

A Companhia adota o regime público de gestão nas aquisições e contratações de mão-de-obra, através do qual a administração mantém metas de racionalização de custos e obtenção de níveis adequados de rentabilidade e geração de recursos das suas operações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A – CTD é constituída sob a forma de sociedade de economia mista, estando submetida às regras de transparência e governança corporativa da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), equiparando-se, para fins contábeis, às sociedades anônimas de capital fechado, sendo regida pelas leis 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), 11.638/2007 e nº 11.941/2009 (Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade).



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais)

Com isso, cabe ressaltar que as demonstrações financeiras, bem como as correspondentes notas explicativas, foram elaboradas considerando o pressuposto da continuidade operacional da sociedade e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas seguem às normas aplicadas às sociedades anônimas de capital fechado, regidas pelas leis 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), 11.638/2007 e nº 11.941/2009 (Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade), quais sejam:

a) Apresentação das demonstrações financeiras

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência para apropriação de receitas, custos e despesas.

c) Mensuração da receita

O CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Clientes estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A norma introduziu um modelo para o reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Em suma, pelos novos requisitos, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Não foi apurado efeito significativo no balanço patrimonial da Companhia decorrente de ajustes por aplicação do CPC 47.

d) Caixa e equivalente de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos líquidos de impostos auferidos até a data do balanço, que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de seu valor.

e) Contas a receber de clientes

São apresentadas pelo valor de realização. A sociedade constitui perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD para valores cuja recuperação é considerada remota, em montante considerado suficiente pela administração.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais)

f) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias auferidas e a provisão para perdas.

g) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos calculados. Almejando a maior acuracidade possível, a companhia revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

Como exemplo da aplicação das normas contábeis para estimativas na Companhia, aplica-se o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 25 às provisões para contingências, que estabelece critérios para provisões e passivos/ativos contingentes. As provisões são reconhecidas no balanço quando a obrigação é presente, com provável saída de recursos e uma estimativa confiável. Já os passivos e ativos contingentes não são reconhecidos no balanço, mas são divulgados em notas explicativas caso sejam prováveis e não totalmente incertos, conforme o seu risco de ocorrência.

h) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Bancos conta movimento	425	739
	-	-
	<u>425</u>	<u>739</u>

A movimentação bancária segue ocorrendo em três contas bancárias.

5. CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de contas a receber está apresentado da seguinte forma (em milhares de reais):

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Clientes	511	1.120
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-	-
	<u>511</u>	<u>1.120</u>



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais)

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ Estimativa Mensal	-	661
CSLL Estimativa Mensal	-	27
IRPJ Saldo Negativo	1.226	-
CSLL Saldo Negativo	52	-
	1.278	688

Em 2025, a empresa atuou no Regime de Lucro Real Anual - Estimativa Mensal (Balancete de Redução/Suspensão mensal). Ao final do período, os valores de Imposto de Renda Retidos na Fonte, Imposto de Renda Sobre o Lucro Líquido pago a maior, a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido Retida na Fonte e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido pago a maior foram transferidos para as contas contábeis de "IRPJ Saldo Negativo" e "CSLL Saldo Negativo". Dessa forma, na entrega da Escrituração Contábil Fiscal, tais valores poderão ser utilizados como crédito para compensação de tributos federais em favor da Companhia.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

	31/12/2025	31/12/2024
Seguros a apropriar	12	15
Assinaturas e periódicos	-	-
Licença de uso de software a apropriar	49	27
Locação de Nobreak (CT) a apropriar	44	47
	105	89

Licença de usos de software a apropriar

Em 23 de outubro de 2025, a Companhia contratou a empresa VSR.COM Informática LTDA para prestar serviços de locação de sistema de antivírus, pela vigência de 12 meses, no montante de R\$ 58.950,00, que foram apropriadas em 12 parcelas mensais de R\$ 4.912,50.

Seguros a apropriar

Houve a contratação da Carta Fiança T-9498 junto ao DANK - Instituição Financeira para garantir o valor de R\$ 524.967,00 do 2º Aditivo do Contrato com o cliente Celepar NR 2242/2021 - Vigência de 27/04/2024 a 27/10/2025. Porém, por ter sido indeferido pelo cliente, em janeiro/2025, ela foi apropriada no valor restante de R\$ 5.696,50.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais)

Para cobrir o período restante do contrato 2242/2021, foi realizado um depósito caução como garantia complementar, no valor de R\$ 141.283,19, na data de 24/01/2025. Esta rubrica foi incluída na conta 1.1.02.01.01.069 - CELEPAR - DEPÓSITO CAUÇÃO – CONTRATO, em Contas a Receber. Em 15/08/2025, o valor do depósito caução foi devolvido.

Com a assinatura do 3º aditivo do contrato com o cliente Celepar, NR 2242/2021, vigência de 27/07/2025 a 27/10/2026, houve a contratação da Apólice de Seguro Garantia nº 10075070174106, da NEWE Seguros S.A., cobrindo o valor máximo de R\$ 674.063,09, com o valor do prêmio de R\$ 3.629,04, a ser apropriado em 15 parcelas de R\$ 241,91.

Aluguel – Locação de Nobreak (CT) a apropriar

Em 06/11/2025, foi assinado o Contrato de locação de Nobreak 30kva 220/127 V Trifásico, incluso manutenção preventiva semestral e corretiva em horário comercial, com peças e baterias, no valor de R\$ 53.040,00, com vigência 06/11/2025 a 05/11/2026, a ser apropriado de novembro 2025 a outubro 2026.

8. PARTES RELACIONADAS

Partes Relacionadas	Receita com Prestação de Serviços	Capital Social/Subvenção Econômica
Londrina Iluminação	544	-
Prefeitura Municipal de Londrina	11.617	600
Cia Municipal de Trânsito e Urbanismo (CMTU)	94	

As transações efetuadas com a Londrina Iluminação S.A referem-se à prestação de serviços realizados em condições e preços normais de mercado, por parte da CTD, de:

- a) call center;
- b) suporte helpdesk para TIC;
- c) contrato corporativo para serviços administrativos,
- d) smartphones com chips;

As transações efetuadas com a Prefeitura Municipal de Londrina referem-se à prestação de serviços especializados em outsourcing, com a disponibilização de:

- a) tablets configurados com softwares gerenciais;
- b) impressoras térmicas de linha, para as secretarias de governo.

As transações efetuadas com a CMTU referem-se a contrato corporativo para serviços administrativos, realizados em condições e preços normais praticados pelo mercado.

Subvenção Econômica - Município de Londrina/PR:

Foi aprovada, por meio da Lei Municipal nº 13.956, de 07 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de Londrina (JOM 5526), a autorização para que o Poder Executivo Municipal pudesse conceder subvenções econômicas à CTD, até o montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais),



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais)

visando à recomposição do equilíbrio orçamentário e à continuidade das atividades institucionais/operacionais da Companhia.

Com isso, em 28/08/2025, foi realizado o repasse, por parte da PML (Processo SEI 19.006.157736/2025-93), do valor de R\$ 600.000,00, a título de Subvenção Econômica. O valor restante não foi utilizado.

Dentro da operação da CTD (Processo SEI 47.000762/2025-36), a Subvenção foi registrada, na contabilidade, em conta de Receita, como Outras Receitas Operacionais, conforme detalhado abaixo:

a) Reconhecimento da Receita:

D – 1.1.02.01.01.070 – Subvenções a Receber (Ativo Circulante)

C – 3.1.04.01.01.013 – Receita de Subvenção (Receita: Outras Receitas Operacionais).....R\$ 600.000,00

b) Recebimento do Recurso:

D – 1.1.01.02.07.001 – Banco Santander (Ativo Circulante: Disponível)

C – 1.1.02.01.01.070 – Subvenções a Receber (Ativo Circulante).....R\$ 600.000,00

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Corresponde aos valores depositados em juízo, relativos às ações trabalhistas e cíveis, realizados para execução dos recursos em outras instâncias, para questionamentos de decisão proferida ou para cumprimento de despacho interlocutório ou decisório, a fim de reavaliar os valores devidos nas causas julgadas.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Depósitos Judiciais Trabalhistas	121	67
Depósitos Judiciais - Civil	5	
	<u>126</u>	<u>67</u>

Estes valores são classificados no ativo não circulante, sem previsibilidade de realização. A área jurídica da Companhia realiza acompanhamento periódico do andamento processual e, ocorrendo perda da causa, o valor é revertido para despesa, sendo complementado, se for o caso, ou, em caso de ganho da causa, o valor do ativo é baixado conforme crédito em conta bancária.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais)

10. IMOBILIZADO

Classe de Ativo	Valor Depreciável	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2024	Adições	Trans-ferências	Baixas	Depre-ciação	Saldo em 31/12/2025
Máquinas e equipamentos (*)	5.308	10%	838	-	-	-	(180)	658
Móveis e utensílios	444	10%	33	4	-	-	(11)	26
Equipamentos de informática	1.572	20%	15	9	-	-	(8)	16
Instalações	997	4%	590	-	-	-	(40)	550
Veículos	96	20%	-	-	-	-	-	-
Edificações	13.423	2%	13.236	-	-	-	(213)	13.023
Terrenos	2.767	-	2.767	-	-	-	-	2.767
Direito de Uso - Arrend. (**)	2.781	-	-	2.781	-	-	-	2.781
			17.479	2.794	-	-	(452)	19.821
Custo do imobilizado	27.388		24.650	2.794				27.444
Depreciação acumulada	(7.171)		(7.171)	0			(452)	(7.623)
Imobilizado líquido	20.217		17.479	2.794			(452)	19.821

(*) A partir de 30/04/2024, a Plataforma Unificada Genesys passou a ser depreciada pelo índice de 6,72% ao ano. À época, o valor contábil dela estava em R\$ 951.376. Os saldos seguem sendo controlados em relatório Auxiliar.

(**) Aplicação do CPC 06 (R2) - Ativo de Direito de Uso - Arrendamento - para contratos de locação de equipamentos de TIC, fornecidos com base em parcerias firmadas pela CTD e outras empresas.

As depreciações dos ativos seguem o método linear, inclusive do imóvel recebido em doação, que foi ativado em dezembro de 2023.

Ativo de Direito de Uso e Passivos de Arrendamento

A partir de apontamentos da Auditoria Independente, verificou-se a relevância da aplicação do CPC 06 (R2) aos contratos de locação de equipamentos de TIC firmados entre a CTD e parceiros comerciais, para posterior disponibilização dos itens na atividade de Outsourcing da CTD com seus clientes.

O CPC 06 (R2), equivalente à norma internacional IFRS 16, é o pronunciamento técnico que define as regras contábeis para arrendamentos (leasing) no Brasil. Ele exige que arrendatários registrem quase todos os contratos como ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no balanço patrimonial, aumentando a transparência.

O termo "arrendamentos" adotado no Pronunciamento CPC 06 corresponde à tradução do termo 'leases' na língua inglesa e pode abranger contratos (mas não se limita a) de arrendamento, aluguel, locação e outros contratos que conferem à entidade que reporta o direito de uso de um ativo em troca de uma contraprestação.

O valor inicialmente reconhecido na CTD foi calculado com base nas faturas, praticamente fixas, multiplicadas pela quantidade de meses faltantes para o vencimento de cada contrato. O lançamento contábil foi realizado na conta de "Ativo de Direito de Uso - Arrendamento" a Débito e nas contas (curto prazo e longo prazo) de "Passivo de Arrendamento", a Crédito.

No decorrer do tempo, a cada mês realizado, os valores do Passivo de Arrendamento vão sendo transferidos para a conta do fornecedor, nos valores das faturas, e baixados contra o Banco por pagamento. Concomitantemente, são lançados os valores a Crédito em conta retificadora do Ativo



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais)

Imobilizado - "Depreciação Acumulada – Ativo de Direito de Uso" - e a Débito em conta de resultado, para o reconhecimento do custo na competência vigente.

Inventário / Teste de Recuperabilidade / Revisão de vida útil / Avaliação Patrimonial

Em decorrência de apontamento da Auditoria Independente anterior, que originou uma ressalva no parecer técnico relativo ao exercício de 2023, identificou-se a necessidade de realizar teste de recuperabilidade da Plataforma Unificada Genesys, adquirida em 2017. Para tal, foi contratada uma empresa especializada, que conduziu o referido teste com data-base em abril de 2024. O laudo técnico resultante evidenciou que o ativo possui potencial de geração de benefícios econômicos futuros, o que permitiu a ampliação da sua vida útil estimada de 10 para 14,88 anos. Consequentemente, o percentual de depreciação anual foi reduzido de 10% para 6,72%. O laudo técnico encontra-se disponível no processo SEI nº 47.000042/2025-71.

Após a avaliação supracitada e com o apontamento da auditoria independente responsável pelo exercício social de 2025, verificou-se a necessidade de instruir um processo para a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de inventário completo e avaliação de bens patrimoniais da companhia, para uma gestão eficiente do ativo da entidade. Sendo assim, foi iniciado o processo SEI 47.000869/2025-84, de Planejamento de Contratação, fez o levantamento de orçamentos e diligências necessárias, para se definir a modalidade de licitação cabível, de acordo com a Lei nº 13.303/2016. Em seguida, instruiu-se o processo SEI 47.001045/2025-21, com a Solicitação de Aquisição/Contratação por meio de Licitação, que está na fase de análise do corpo jurídico da companhia.

11. INTANGÍVEL

	Valor Amortizável	Taxa anual de Amortiz (%)	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Software	752	20%	3	-	-	(1,932)	1
Total	752		3	-	-	(1,932)	1
Custo de intangível	752		752				752
Amortização acumulada	(749)		(749)				(751)
Intangível líquido	3		3				1

Os direitos intangíveis estão representados por licenças de uso de softwares desenvolvidos por terceiros, para utilização na operação.

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	31/12/2025	31/12/2024
Honorários e Salários	17	83
Encargos sociais	291	206
Benefícios sociais	5	0
Provisões trabalhistas	562	505
	875	794



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais)

13. FORNECEDORES

Compreende as obrigações junto a fornecedores representadas, basicamente, pela prestação de serviços de locação de equipamentos de TIC, cessão/licenciamento de uso de Softwares, plano de saúde e vale alimentação. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de fornecedores a pagar se encontrava em R\$ 1.659 mil.

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

A Companhia está sujeita a diversas obrigações tributárias, as quais abrangem impostos diretos e indiretos, taxas e outras contribuições estabelecidas pela legislação fiscal. Em 31 de dezembro de 2025, os saldos correntes e parcelados estavam apresentados da seguinte forma:

a) Tributos retidos a recolher, sobre Receita ou Lucro Líquido, Parcelados

	31/12/2025	31/12/2024
INSS	7	8
Pis e Cofins	148	81
ISS	6	6
IRRF e CSRF	60	54
Parcelamentos de tributos no Curto Prazo	1.489	1.321
IRPJ a Recolher	-	-
CSLL a Recolher	20	-
	1.730	1.470

15. TRIBUTOS PARCELADOS - LONGO PRAZO (Passivo Não Circulante)

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos de tributos parcelados de longo prazo estavam apresentados na ordem de R\$ 2,760 milhões. Em contrapartida, em 31 de dezembro de 2025, os saldos de tributos parcelados de longo prazo foram calculados na ordem de R\$ 1,798 milhões.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais)

Saldos totais a pagar dos tributos parcelados

Para apresentar de forma mais clara como estão compostos os parcelamentos dos tributos (curto + longo prazos), detalha-se, abaixo, os principais impostos e contribuições, com seus respectivos saldos a pagar, na data de 31/12/2025, após o pagamento da parcela de dezembro/2025:

COMPOSIÇÃO DE PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS - SALDO A PAGAR DE CURTO E LONGO PRAZOS				
TRIBUTOS	COD. RECEITA	SALDO A PAGAR - Pós-pagamento de Dezembro/2025	SALDO A PAGAR - Curto Prazo	SALDO A PAGAR - Longo Prazo
ISS	-	R\$ 84.982,82	R\$ 39.222,84	R\$ 45.759,98
COFINS	2172-01	R\$ 458.960,13	R\$ 201.943,20	R\$ 257.016,93
	5960-07	R\$ 3.281,52	R\$ 667,43	R\$ 2.614,09
PIS	5979-07	R\$ 3.362,39	R\$ 1.470,30	R\$ 1.892,09
	8109-02	R\$ 99.532,98	R\$ 43.782,18	R\$ 55.750,80
IRRF	0561-07	R\$ 462.103,64	R\$ 216.743,53	R\$ 245.360,11
	1708-06	R\$ 6.162,69	R\$ 2.696,38	R\$ 3.466,30
	3208-06	R\$ 998,40	R\$ 921,60	R\$ 76,80
CSLL	5987-07	R\$ 1.093,84	R\$ 222,48	R\$ 871,36
CSRF	5952-07	R\$ 3.271,59	R\$ 1.801,88	R\$ 1.469,71
CP PATRONAL	1162-01	R\$ 100.820,10	R\$ 45.026,00	R\$ 55.794,10
	1646-21	R\$ 36.405,85	R\$ 18.372,42	R\$ 18.033,43
	1646-01	R\$ 407.694,72	R\$ 184.709,39	R\$ 222.985,33
	2985-01	R\$ 459.752,19	R\$ 203.099,93	R\$ 256.652,26
	1138-01	R\$ 16.065,76	R\$ 3.267,61	R\$ 12.798,15
	1138-04	R\$ 4.195,70	R\$ 853,36	R\$ 3.342,33
CP SEGURADOS	1082-21	R\$ 62.591,41	R\$ 31.649,48	R\$ 30.941,92
	1082-01	R\$ 481.128,37	R\$ 221.233,43	R\$ 259.894,94
	1099-01	R\$ 88.953,94	R\$ 41.070,97	R\$ 47.882,96
CP TERCEIROS	1170-21	R\$ 17.782,02	R\$ 9.037,58	R\$ 8.744,43
	1170-01	R\$ 200.756,28	R\$ 90.233,04	R\$ 110.523,24
	1176-21	R\$ 1.422,53	R\$ 722,99	R\$ 699,53
	1176-01	R\$ 15.190,15	R\$ 6.975,71	R\$ 8.214,43
	1191-21	R\$ 7.112,79	R\$ 3.615,02	R\$ 3.497,76
	1191-01	R\$ 86.022,65	R\$ 37.689,51	R\$ 48.333,14
	1196-21	R\$ 10.669,21	R\$ 5.422,55	R\$ 5.246,66
	1196-01	R\$ 113.927,73	R\$ 52.318,59	R\$ 61.609,14
	1200-21	R\$ 4.267,66	R\$ 2.169,01	R\$ 2.098,65
	1200-01	R\$ 47.987,97	R\$ 21.601,89	R\$ 26.386,08
RESIDUAL	2203-01	R\$ 149,80	R\$ 57,99	R\$ 91,82
	5440-01	R\$ 624,73	R\$ 202,62	R\$ 422,12
TOTAL		R\$ 3.287.271,54	R\$ 1.488.800,94	R\$ 1.798.470,60



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais)

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	31/12/2025	31/12/2024
Contingências cíveis	9.970	10.352
Contingências trabalhistas	481	480
	10.451	10.832

A Companhia é parte em processos cíveis e trabalhistas que estão sendo discutidos judicialmente e acompanhados diretamente por seus Advogados, lotados na Gerência Jurídica. Eles emitem relatório de acompanhamento com periodicidade trimestral.

A administração, com base nos relatórios da Gerência Jurídica e na reavaliação periódica da expectativa de perdas dos processos cíveis, relacionados a questões contratuais, decidiu constituir provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas.

Em consequência de decisão judicial proferida em junho de 2020, relacionada a uma das Demandas Cíveis, grande parte dos valores provisionados sofrem reajustes legais mensais, decorrentes de correção monetária e juros determinados em juízo, desde seu ajuizamento.

De acordo com relatório da Gerência Jurídica, emitido com base na data de 31 de dezembro de 2025, havia processos trabalhistas com estimativa de possível perda, no montante aproximado de R\$ 535 mil, compostos, em sua maioria, por ações relativas a empregados de empresas terceirizadas e enquadramento salarial. Quanto às ações trabalhistas passíveis de provisão contábil, classificadas como de perda provável, foram devidamente constituídas e estão representadas por reclamações de funcionários das operações de Londrina-PR, já descontados dos valores recursais depositados.

Em agosto/2025, após o trânsito em julgado da ação cível número 0066756-30.2020.8.16.0014 e requisição de pagamento da empresa Smartspace (antiga DIGI Soluções de Comunicação Ltda – EPP) contra a CTD, firmou-se um Termo de Acordo para liquidação da dívida (Processo SEI 47.000841/2025-47), nos seguintes termos: Total de R\$ 421.155,00, em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas, no valor de R\$ 42.115,50 (quarenta e dois mil, cento e quinze reais e cinquenta centavos) cada, quitando-se a primeira parcela em 20 de agosto de 2025.

Com isso, o valor de R\$ 1.180.000,00 que estava provisionado, foi transferido, no valor do Termo de Acordo para liquidação da dívida, a Fornecedores a pagar; o valor de R\$ 150.000,00 manteve-se provisionado para prováveis honorários de sucumbência; e o restante foi registrado como Reversão de Provisão de Contingências Cíveis.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais)

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito é de R\$ 49.875.277, representado por 49.875.277 ações com valor unitário de R\$ 1,00, distribuído da seguinte forma:

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Prefeitura Municipal de Londrina	10.585.383	63,60%	16.629.195	50,04%	27.214.578	54,57%
Londrina Iluminação S.A	4.041.978	24,29%	11.261.884	33,89%	15.303.862	30,68%
Companhia Municipal de Trânsito e Urban.	1.873.112	11,25%	5.218.922	15,70%	7.092.034	14,22%
Atende Bem Soluções de Atendimento Ltda	142.181	0,85%	122.285	0,37%	264.467	0,53%
Outros	320	0,00%	16	0,00%	336	0,00%
	16.642.974	100%	33.232.302	100,00%	49.875.277	100%

18. BASES FISCAIS PARA TRIBUTAÇÃO DO LUCRO REAL:

Em 31 de dezembro de 2025, a companhia apresentou Base fiscal positiva para IRPJ e Contribuição Social, apurados em planilha auxiliar, após a compensação de prejuízos fiscais de anos anteriores, nos seguintes valores:

Base Fiscal do IRPJ: R\$ 142.624,52

Base Fiscal da CSLL: R\$ 142.624,52

Ao longo do ano, os valores apurados de IRPJ Estimativa Mensal foram compensados com Imposto de Renda Retido na Fonte, resultantes de serviços prestados, nos seus valores totais. No final do exercício social, o valor acumulado resultou em saldo a maior de R\$ 21.393,68, transferido para IRPJ Saldo Negativo.

No caso da CSLL, parte do valor apurado ao longo do exercício social foi compensado com Contribuição Social Retida na Fonte e parte foi recolhida. Ao final do ano, houve um saldo a maior de R\$ 12.836,21, transferido para CSLL Saldo Negativo.

O resultado positivo contábil e fiscal apresentado em 2025 foi, principalmente, decorrente de subvenção econômica para custeio, concedida pelo acionista majoritário da Companhia, no valor de R\$ 600.000,00, em agosto/2025.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2025, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, tais como equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. A Sociedade não contrata operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais)

20. SEGUROS

A Companhia mantém contrato de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

21. FATOS RELEVANTES

Os principais fatos relevantes ocorridos no exercício de 2025, que afetaram o resultado líquido da empresa, seguem resumidos abaixo:

- Janeiro de 2025 – Valor maior nas despesas com imobilizado (Locações) pelo pagamento à SERCOMTEL S/A, referente Locação de espaço para acomodação do CT (Servidores), dos anos 2023 e 2024 – R\$ 148.000,00.
- Março de 2025 - Incremento de Outras Receitas Operacionais decorrentes da Reversão de Provisão para Contingências Trabalhistas, no valor de R\$ 104.853,28; assim como por Reversão/Liberação de Créditos (natureza indenizatória) da Ação Cível da Sopho, depositado em conta bancária da CTD, no valor total de R\$ 174.158,92.
- Abril/2025 – Transferência do saldo da conta do Patrimônio Líquido de “Lucros ou Prejuízos Acumulados->Ajuste de Exercícios Anteriores (de 2024)” para “Lucros ou Prejuízos Acumulados -> De Exercícios Anteriores”, no valor total de R\$ 44.225,31, a crédito.
- Abril/2025 – Transferência do saldo da conta do Patrimônio Líquido de “Lucros ou Prejuízos Acumulados -> Exercício em Curso (SALDO 2024) para “Lucros ou Prejuízos Acumulados -> De Exercícios Anteriores”, no valor total de R\$ 6.712.333,38, a débito.
- Junho/2025 – Aumento da despesa de Constituição de Provisão para Contingências Trabalhistas - R\$ 88.477,46.
- Junho/2025 – Pagamento de dissídio retroativo e adequação da folha de pagamento com valores atualizados com ACT 2025.
- Agosto/2025 - Termo de Acordo para liquidação da dívida da CTD com a Smartspace (antiga DIGI Soluções de Comunicação Ltda – EPP), no valor total de R\$ 421.155,00, em 10 (dez) parcelas mensais, de R\$ 42.115,50 cada, quitando-se a primeira em agosto de 2025. Com isso, o valor de R\$ 1.180.000,00 que estava em Provisão de Contingências Cíveis, foi transferido, no valor do Termo de Acordo, para Fornecedores a pagar; o valor de R\$ 150.000,00 manteve-se provisionado para possíveis honorários de sucumbência; e o restante foi registrado como Reversão de Provisão de Contingências Cíveis, impactando o resultado do período.
- Agosto/2025 - Repasse de R\$ 600.000,00, a título de Subvenção Econômica, aprovada por meio da Lei Municipal nº 13.956, de 07 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de Londrina (JOM 5526). A referida Lei autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder subvenções econômicas à CTD, até o montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), visando à



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais)

recomposição do equilíbrio orçamentário e à continuidade das atividades institucionais da Companhia. O valor recebido foi registrado como "Outras Receitas Operacionais", passando pelas contas de Resultado, por ser utilizado nas despesas de custeio/correntes.

- Agosto/2025 – Recebimento de Devolução do Depósito Caução de Garantia Complementar do 2º Termo Aditivo ao Contrato N° 2242/2021, cliente CELEPAR, no valor total (com juros) de R\$ 146.084,75.
- Agosto/2025 – PIS/COFINS sobre Subvenção Econômica e sobre Receitas Financeiras (Regime Não-Cumulativo): Valores foram compensados com IRPJ Saldo Negativo de 2024, por meio do PERDCOMP 14520.82266.060326.1.3.02-3518, realizado em 06/03/2026.
- Setembro/2025 – Baixa de parte do saldo da conta contábil de "Seguros a Pagar" (a débito), creditando a conta "Recuperação de Despesas", no valor de R\$ 214.683,78, pelo cancelamento, ocorrido em 2024, das apólices de seguros, que tinham sido contratadas para assegurar os equipamentos do Projeto Tablets PML.
- Setembro/2025 - Aumento da Receita em função da Reversão de Provisão para Contingências Trabalhistas, no valor total de R\$ 65.872,23.
- Setembro/2025 - pagamento da 1ª parcela do 13º salário dos empregados e da gratificação natalina da diretoria, no valor líquido total de R\$ 107.151,47.
- Dezembro/2025 – Saldo de "Recuperação de Despesas", no valor de R\$ 214.683,78, transferido para o PL, por meio da conta de "Ajuste de Exercícios Anteriores".

A Administração da CTD declara que as informações contidas nas demonstrações contábeis refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da companhia, e foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a legislação vigente e normas do Conselho Federal de Contabilidade. A Administração confirma que não há fatos subsequentes que possam impactar significativamente as demonstrações contábeis apresentadas.

Londrina-PR, 31 de dezembro de 2025



Roberto Moreira de Oliveira
Diretor Presidente
CPF 364.762.138-22



Stephanie Rossi Pasello
Diretora Administrativa-Financeira
CPF 082.160.209-88



Solange Aparecida Pissinati
CPF 024.484.469-03
Contadora CRC1PR078018/O-2

25

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA AUDITORIA

Concluídos nossos exames das demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apresentamos este relatório, com os principais pontos observados, com as devidas recomendações e sugestões para fortalecimento dos controles internos.

1. SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS

Revisamos o sistema de controles internos nos seus aspectos contábeis, na extensão e forma necessárias para avaliá-lo, de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas, cujos aspectos abordados estão devidamente considerados neste relatório circunstanciado.

Observamos ainda os procedimentos no tocante ao cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade, emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

Ressaltamos que os trabalhos executados por meio de provas seletivas, testes e amostragens não têm a propriedade de revelar todas as eventuais deficiências do sistema de controles internos, portanto, o presente relatório não constitui garantia da inexistência de erros ou imperfeições. Eventuais ocorrências levantadas no curso de nossos trabalhos foram comunicadas à administração, que dentro das possibilidades as regularizou.

O controle interno compreende o plano de organização e todos os seus métodos, medidas e coordenadas adotadas numa instituição para proteger seu patrimônio. Isso tudo envolve imagem e pessoas; exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis; incremento na eficiência operacional; e promoção à obediência às diretrizes administrativas estabelecidas e às normas legais impostas por autoridades competentes.

As atividades de controle devem ser parte integrante das atividades diárias de uma instituição, e um sistema efetivo de controle interno requer que uma estrutura apropriada seja estabelecida, com as atividades de controles definidas para cada nível do negócio.

Esses controles devem incluir revisões de alto nível, atividades de controle apropriadas para diferentes departamentos ou divisões, controles físicos, verificação de conformidade com os limites de exposição, sistema de aprovações e autorizações e de verificação e reconciliação.

A entidade mantém controles internos adequados.

2. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

No curso dos procedimentos de auditoria realizados sobre o caixa e seus equivalentes, não foram identificados achados relevantes. As conciliações bancárias são elaboradas mensalmente, encontrando-se devidamente documentadas e assinadas pelos responsáveis. Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras estão em conformidade com os registros contábeis e não foram observadas inconsistências que pudessem afetar a fidedignidade das informações. As conciliações foram revisadas e confirmadas. O saldo em 31/12/2025 é o seguinte:

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2025
1.1.01	DISPONIVEL	738.924,23	425.372,84
1.1.01.01	BENS NUMERARIOS	257,39	334,56
1.1.01.01.02	FUNDO FIXO DE CAIXA	257,39	334,56
1.1.01.01.02.001	Matriz	257,39	334,56
1.1.01.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	738.666,84	425.038,28
1.1.01.02.07	BANCO SANTANDER	701.710,00	388.981,08
1.1.01.02.07.001	SANTANDER Agencia Londrina	701.710,00	388.981,08
1.1.01.02.09	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	36.057,20	36.057,20
1.1.01.02.09.001	CAIXA ECONOMICA - Agencia Londrina	36.057,20	36.057,20
1.1.01.02.11	BANCO DO BRASIL S.A	899,64	0,00
1.1.01.02.11.001	BANCO DO BRASIL - AGENCIA LONDRINA	899,64	0,00

3. CONTAS A RECEBER E PROVISÃO PARA PERDAS

O Contas a Receber (Ativo Circulante) estava assim composto:

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2025
1.1.02.01	TITULOS A RECEBER	1.120.424,95	510.579,72
1.1.02.01.01	CLIENTES MATRIZ	1.120.424,95	510.579,72
1.1.02.01.01.054	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	7.250,58	0,00
1.1.02.01.01.056	CELEPAR - CIA DE TEC DA INF E COM DO PR	235.471,98	248.493,50
1.1.02.01.01.058	COHAB LONDRINA	0,00	17.622,15
1.1.02.01.01.059	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE LOND	868.158,50	0,00
1.1.02.01.01.066	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PAVIMENT	9.543,89	0,00
1.1.02.01.01.072	MUNICIPIO DE LONDRINA	0,00	244.464,07

Efetuamos a conferência entre a listagem de controles internos e a contabilidade, não encontrando divergências.

4. ESTUDOS DA VIDA ÚTIL E DO VALOR RESIDUAL SOBRE O IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A Administração da companhia não efetuou estudos em 2025, que devem ser anuais, sobre os ativos para a revisão das taxas de depreciação, do valor residual e do tempo de vida útil remanescente descrito no CPC 27.

O ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 requer que a vida útil e o valor residual do imobilizado seja revisada no mínimo a cada exercício. Revisões de vidas úteis são em geral mudanças de estimativas e, dessa forma são registradas de forma prospectiva, ou seja, produzirão efeitos contábeis apenas a partir da data da revisão. Citamos o item 31 do ICPC 10 abaixo:

“31. Dada a necessidade de revisão das vidas úteis e do valor residual, no mínimo a cada exercício, a administração deve manter e aprovar análise documentada que evidencie a necessidade ou não de alteração das expectativas anteriores (oriundas de fatos econômicos, mudanças de negócios ou tecnológicas, ou a forma de utilização do bem, etc.), a fim de solicitar ou não novas avaliações, com regularidade tal que as estimativas de vida útil e valor residual permaneçam válidas em todos os exercícios.” (grifo nosso)

O mais importante é que em todos os anos, o estudo seja realizado sempre na mesma data. Assim, as mudanças das taxas, se aplicável, devem ser prospectivas, sem retroagir ao início do exercício.

Recomendamos que o ESTUDO DA VIDA ÚTIL E VALOR RESIDUAL DO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL seja contratada para o exercício de 2025.

5. TESTE DE IMPAIRMENT

A Administração da companhia não determinou em 2025 a realização do teste de recuperabilidade dos valores registrados no imobilizado, intangível e diferido (teste de impairment), com o objetivo de assegurar que os citados ativos não estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da entidade ou pela sua venda. Consequentemente não foi possível mensurar os efeitos, se o teste fosse realizado, no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

O teste de recuperabilidade de ativos é regulado: de acordo com as Normas Internacionais pelo International Accounting Standards Board - IASB, no IAS nº. 36; de acordo com as Normas Americanas pelo Financial Accounting Standards Board - FASB, nos SFAS nº. 121, 142 e 144; e de acordo com as Normas Brasileiras pelo CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de

ativos, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 2007, o qual foi aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) através da Deliberação 527 de 01 de novembro de 2007. Como exemplo citamos o item 10 do CPC 01, a seguir:

“10. Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve: (a) testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida ou de um ativo intangível ainda não disponível para uso, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável. Esse teste de redução ao valor recuperável pode ser executado a qualquer momento no período de um ano, desde que seja executado, todo ano, no mesmo período. Ativos intangíveis diferentes podem ter o valor recuperável testado em períodos diferentes. Entretanto, se tais ativos intangíveis foram inicialmente reconhecidos durante o ano corrente, devem ter a redução ao valor recuperável testada antes do fim do ano corrente; e (b) testar, anualmente, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em combinação de negócios, de acordo com os itens 80 a 99.”

Foi apresentado um Laudo de diagnóstico de Impairment Test, com data-base em 30/04/2024.

Esse laudo teve como base a análise de parte do Imobilizado, no valor de R\$ 951.376,01.

Ocorre que o Imobilizado e Intangível da companhia em 30/04/2024 era de R\$ 17.460.644,15.

Somente foi objeto do “diagnóstico de impairment test” 5,4486 % do total do imobilizado e Intangível.

A legislação citada acima determina que o Imobilizado seja testado e não apenas parte dele, ou ainda pelas Unidades Geradoras de Caixa (UGC).

Analizamos as receitas da companhia em 30/04/2024, para determinarmos as possíveis UGCs, e verificamos a seguinte composição:

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	VALOR EM 30/06/2025	VALOR EM 30/04/2024
3.1	RECEITAS OPERACIONAIS	8.190.595,02	5.066.336,23
3.1.01	RECEITA BRUTA	8.248.716,30	5.267.748,91
3.1.01.03	VENDAS DE SERVICOS	8.248.716,30	5.267.748,91
3.1.01.03.01	TELEMARKETING ATIVO E RECEPTIVO	8.248.716,30	5.267.748,91
3.1.01.03.01.001	ATIVO E RECEPTIVO COMPLETO	8.248.716,30	5.267.748,91

É de se observar que há um único tipo de receita na companhia, tanto em 30/04/2024, como agora em 30/06/2025, e, portanto, uma única UGC. Consequentemente todo o imobilizado deveria ter sido testado para o

Impairment. O próprio laudo da empresa que fez o diagnóstico relata o seguinte:

2.1 ESCOPO DO PROJETO

Premissas técnicas:

- ✓ Unicamente para a elaboração desta análise de indícios de Impairment, com a concordância da CTD, foram considerados contratos atuais e transações **como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC).**
- ✓ As conclusões e estimativas apresentadas neste laudo levam em conta que os ativos se destinam à continuidade das operações da CTD e são utilizados na produção de serviços, em conformidade com sua finalidade estatutária.

O próprio CPC 01 (R1) diz em seu item 77:

“77. Quando os ativos são agregados para fins de avaliação do montante de recuperação, é importante **incluir na unidade geradora de caixa todos os ativos** que geram ou são utilizados para gerar fluxos relevantes de entradas de caixa. De outra forma, a unidade geradora de caixa pode parecer ser totalmente recuperável quando, de fato, ocorreu uma perda por desvalorização. Em alguns casos, mesmo que alguns ativos contribuam para os fluxos de caixa futuros estimados de uma unidade geradora de caixa, eles não podem ser alocados à unidade geradora de caixa em base razoável e consistente. Esse poderia ser o caso do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou dos ativos corporativos, tais como ativos do escritório central. Os itens 80 a 102 explicam como lidar com esses ativos ao testar uma unidade geradora de caixa para avaliar uma perda por desvalorização.” **(grifo nosso)**

Como já dito, a companhia é considerada como possuindo uma única UGC (unidade geradora de caixa) e, portanto, todos os ativos devem fazer parte do teste de Impairment.

O imobilizado na data de 30/04/2024 era o seguinte:

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	VALOR EM 30/04/2024
1.2.03	IMOBILIZADO	17.456.619,98
1.2.03.01	BENS EM OPERACAO	24.637.733,11
1.2.03.01.01	BENS TANGIVEIS	24.637.733,11
1.2.03.01.01.001	COMPUTADORES E PERIFERICOS	1.559.287,22
1.2.03.01.01.003	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	5.307.698,71
1.2.03.01.01.004	VEICULOS	95.505,81
1.2.03.01.01.005	MOVEIS E UTENSILIOS	443.795,05
1.2.03.01.01.013	INSTALAÇÕES	997.286,32
1.2.03.01.01.015	EDIFICAÇÕES	13.466.808,62
1.2.03.01.01.016	TERRENOS	2.767.351,38
1.2.03.02	(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS	(7.181.113,13)
1.2.03.02.01	BENS TANGIVEIS DEPRECIACOES ACUMULA	(7.181.113,13)
1.2.03.02.01.001	COMPUTADORES E PERIFERICOS DEPREC	(1.543.203,24)
1.2.03.02.01.003	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DEPREC ACUM	(4.674.046,42)
1.2.03.02.01.004	VEICULOS DEPREC ACUM	(95.505,81)
1.2.03.02.01.005	MOVEIS E UTENSILIOS DEPREC ACUM	(399.000,91)
1.2.03.02.01.006	INSTALAÇÕES	(380.654,40)
1.2.03.02.01.007	EDIFICAÇÕES	(88.702,35)

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	VALOR EM 30/04/2024
1.2.05	INTANGIVEL	4.024,17
1.2.05.01	BENS EM OPERAÇÃO	751.807,08
1.2.05.01.01	BENS INTANGIVEIS	751.807,08
1.2.05.01.01.001	SOFTWARE	751.807,08
1.2.05.02	(-) AMORTIZACOES ACUMULADAS	(747.782,91)
1.2.05.02.01	BENS INTANGIVEIS AMORTIZACOES ACUM	(747.782,91)
1.2.05.02.01.001	DE SOFTWARE	(747.782,91)

O Total do Imobilizado e Intangível era de R\$ 17.460.644,15 (100%) em 30/04/2024, e o Teste de Impairment foi realizado apenas sobre o valor de R\$ 951.376,01 (5,4486%) que se refere à Plataforma Genesys.

Recomendamos que a administração determine a realização de teste de impairment para o exercício de 2025, sobre a totalidade de seu Imobilizado e Intangível, conforme as normas contábeis.

6. RELATÓRIOS TRIMESTRAIS

No exercício social de 2025, nossa firma de auditoria independente procedeu à execução de auditorias trimestrais na companhia, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis à auditoria independente de informações intermediárias (NBC TA 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade), bem como com os objetivos gerais estabelecidos pela NBC TA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria.

Os trabalhos foram conduzidos em estrita observância aos padrões técnicos e profissionais emanados pelo Conselho Federal de Contabilidade e às normas internacionais correlatas (ISA 2410 e ISA 200), assegurando independência, objetividade e qualidade na execução. Os respectivos relatórios trimestrais foram devidamente elaborados e entregues à administração, permitindo o acompanhamento sistemático da evolução das práticas contábeis e dos controles internos ao longo do exercício.

7. ASSESSORES JURÍDICOS

O auditor deve aplicar as normas de auditoria, para identificar passivos não registrados e contingências ativas ou passivas relacionados a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias, e assegurar-se de sua adequada contabilização e/ou divulgação nas Demonstrações Contábeis examinadas.

A administração da empresa é a responsável pela adoção de políticas e procedimentos para identificar, avaliar, contabilizar e/ou divulgar, adequadamente, os passivos não-registrados e as contingências.

Quando da execução de procedimentos de auditoria para a identificação de passivos não-registrados e contingências, o Auditor Independente deve obter evidências para os seguintes assuntos, desde que relevantes:

- a) a existência de uma condição ou uma situação circunstancial ocorrida, indicando uma incerteza com possibilidade de perdas ou ganhos para a entidade;
- b) o período em que foram gerados;
- c) o grau de probabilidade de um resultado favorável ou desfavorável; e
- d) o valor ou a extensão de perda ou ganho potencial.

A circularização dos consultores jurídicos é uma forma de o auditor obter confirmação independente das informações fornecidas pela administração referentes a situações relacionadas a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias.

A circularização dos consultores jurídicos é uma forma de o auditor obter confirmação independente das informações fornecidas pela administração referentes a situações relacionadas a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias.

Os assessores jurídicos apresentaram as seguintes posições dos processos:

TIPO	PERDA REMOTA	PERDA POSSÍVEL	PERDA PROVÁVEL
Cível	0,00	0,00	9.970.216,33
Trabalhista	310.761,79	535.000,00	602.448,00
TOTAL	310.761,79	535.000,00	10.572.664,33

Foi informado ainda que existe depósito judicial no valor de R\$ 121.146,27, garantindo ações trabalhistas, o que reduziria o contingenciamento de perda provável para R\$ 10.451.518,06.

A contabilidade tem os seguintes registros contábeis das contingências:

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	VALOR EM 31/12/2024	VALOR EM 31/12/2025
2.2.04	CONTINGENCIAS	10.831.947,67	10.451.518,06
2.2.04.01	CONTINGENCIAS DIVERSAS	10.831.947,67	10.451.518,06
2.2.04.01.01	CONTINGENCIA TRABALHISTA	480.375,82	481.301,73
2.2.04.01.01.001	PROVISAO PARA CONTINGENCIAS TRABALH	480.375,82	481.301,73
2.2.04.01.03	CONTINGENCIAS CIVEIS	10.351.571,85	9.970.216,33
2.2.04.01.03.001	CONTINGENCIA ALUGUEL SEDE ANTIGA	9.171.571,85	9.820.216,33
2.2.04.01.03.003	CONTINGÊNCIA DIGI SOLUCOES	1.180.000,00	150.000,00

Portanto, o valor informado pelos assessores jurídicos coincide com os valores contabilizados.

As normas contábeis determinam o seguinte:

As informações classificadas como de perda provável devem ser contabilizadas.

As informações classificadas como de perda possível devem ser incluídas nas notas explicativas.

As informações classificadas como de perda remota não devem ser informadas.

8. CONDIÇÕES DESTE RELATÓRIO

As recomendações deste relatório destinam-se exclusivamente à informação e ao uso da Administração e dos responsáveis pela governança da entidade, e não foram preparadas para serem utilizadas por qualquer outra pessoa que não essas partes especificadas, o que desautoriza e torna ilegal, nos termos do art. 410 do Novo Código de Processo Civil (NCPC), seu uso para qualquer outro fim. Sua divulgação externa pode suscitar dúvidas e originar interpretações indevidas por pessoas que desconhecem os objetivos e as limitações de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

9. CONCLUSÃO

Com base, nos procedimentos de auditoria das demonstrações contábeis, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nas verificações, exames e revisões junto aos registros e controles internos da **COMPANHIA DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO S/A. - CTD**, e com base nos documentos por nós inspecionados, somos de opinião que, as informações estão subsidiadas em documentos, informações, procedimentos e registros considerados satisfatórios, exceto pelos apontamentos registrados neste relatório.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.



CNPJ 07.791.963/0001-08
CRC2SP023856/O-1 "S" PR

ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA
CTCRC1SP242826/O-3 "S" PR
Sócio